

1ª quinzena de maio de 2002

AD
VERSO

Jornal da Adufrgs

nº 100

ELEIÇÕES ANDES-SN

Docentes vão às urnas

IMPRESSO ESPECIAL

CONTRATO Nº 0334/01

ECT / DR / RS

ADUFRGS

ACF CIDADE BAIXA



Nos próximos dias 22 e 23, docentes de todo o País escolhem a nova diretoria da Andes-SN. Conheça as principais propostas das duas chapas que disputam a direção da entidade.

Páginas 6 e 7

Reprodução da obra "Os condenados" / Luca Signorelli



Ameaças pairam sobre a universidade

Uma das grandes ameaças que pairam sobre a universidade neste momento é o da educação virar mercadoria e portanto ter suas normas ditadas pela OMC (Organização Mundial do Comércio) como ficou explícito na palestra do professor Marco Dias, da Universidade das Nações Unidas. Isto poderá ocorrer até 2003. Dependendo de quem for o próximo presidente do Brasil, este processo pode ser implantado antes mesmo da OMC estabelecer suas normas.

Neste momento, dentro da Ufrgs, a discussão para regular a gratuidade do ensino e a promessa de ter uma regulamentação da prestação de serviços podem sinalizar para os alunos, técnicos e professores o quanto estamos inseridos neste processo. Já se começa a ouvir pelos corredores que os alunos devem ser atendidos como clientes, e quem sabe eles não deveriam começar a procurar o Procon na defesa dos seus direitos.

Neste mesmo tempo, os professores de jornalismo reunidos na Fabico reafirmaram a necessidade do diploma, leia-se curso superior, para o exercício da profissão.

É uma crença no ensino antes de tudo. Assim como a necessidade dos professores trabalharem mais com os computadores no ensino, aprender a interagir com os alunos usando esta tecnologia.

Estas são mostras de quem ainda acredita na Universidade Pública. Universidade que pode desenvolver grandes projetos e contribuir para sociedade sem transformar esta atividade em uma troca comercial.

Neste momento, duas chapas se apresentam para a disputa da direção do sindicato nacional. E o fundamental é que os eleitores tomem conhecimento de quem são estas chapas, ainda mais dos seus apoios. Não podemos nos deixar enganar, já que muitos dos apoios daqueles que se dizem de esquerda são na verdade comprometidos com propostas que privatizam a Universidade ou a tornam elitistas, como o ex-reitor de São Carlos e alguns outros nomes. Portanto o risco de que tenhamos uma universidade privada com um discurso de extrema esquerda feita pelo nosso sindicato nacional pode estar muito próximo.

Renovação no Consun

Depois de uma consulta eleitoral dias 18 e 19 de abril, foram eleitos os novos representantes docentes para o Conselho Universitário da Ufrgs. A Adufrgs parabeniza os eleitos e conclama para que continuem sendo respeitados os princípios de autonomia, gratuidade, qualidade e comprometimento da Universidade Pública para com a sociedade, que até hoje tem caracterizado as ações da Ufrgs. A seguir as duplas (titular/suplente) dos representantes eleitos:

1. Tania Weber Furlanetto (Med) / Sueli Teresinha Van der Sand (ICBS), 2. Flavio Danni Fuchs (Med) / André Silva Carissimi (Vet), 3. Patricia Lessa Flores da Cunha (Let) / Paulo Silva Belmonte de Abreu (Med), 4. Cláudia Lima Marques (Dir) / Manoel André da Rocha (Dir), 5. Altamiro Amadeu Susin (Eng) / Carla Maria Dal Sasso Freitas (Inf), 6. Roberto Cabral de Mello Borges (Inf) / Nilson Romeu Marcílio (Eng), 7. Luiz Carlos Federizzi (Agr) / Albano Schwarzbald (Bio), 8. Jocélia Grazia (Bio) / Joel Avruch Goldenfum (IPH), 9. Ari Roisenberg (Geo) / Antônio Carlos S. Guimarães (Esef), 10. César Antônio Leal (Eng) / Gentil Corazza (Eco), 11. Maria Cristina Leandro Ferreira (Let) / Sergio Luiz Frey (Eng), 12. Márcia Cançado Figueiredo (Odo) / Silvana Maria Zarth Dias (Enf), 13. Aron Taitelbaum (Mat) / Mario Roberto Generosi Brauner (Esef), 14. Maria Cristina Varriale (Mat) / Irene Maria Fonseca Strauch (Mat), 15. Aristeu Jorge dos Santos (Adm) / Luiz Fernando Ribeiro Moraes (Esef), 16. Edi Madalena Fracasso (Adm) / João Marcos Leão da Rocha (Eco), 17. Carlos Schmidt (Eco) / Elizabete Zardo Búrigo (Mat), 18. Sandra Mara Corazza (Faced) / Maria Célia Pacheco Lassance (Psi).

Docentes no Cepe

Nos próximos dois anos o Conselho de Ensino Pesquisa e Extensão (Cepe) terá como representantes dos docentes os seguintes titulares e suplentes: Célia Regina Ribeiro da Silva Carlini - Maria Teresa Schifino Wittman, Jorge Alberto Buchabqui - Ruben Daniel Méndez Castiglioni, Carlos Roberto Heredia Antunes - Ingrid Eleonora S. Jansch Pôrto, Harold Ospina Patino - Arthur Germano Fett Neto, Walter Meucci Nique - Valéria Neto de Oliveira Monaretto, Elvan Silva - Célia Ferraz de Souza, Roberto Domingo Rios - João Manoel Gomes da Silva Jr.

Laser e Óptica

O Grupo Laser & Óptica, do Instituto de Física da Ufrgs, inaugurou novas instalações dia 6 de maio, no anfiteatro do Instituto de Física, prédio 43.135, 2º andar, sala O-201, Campus do Vale.

São 50 milhões de analfabetos

Num artigo na Folha de São Paulo do dia 6 de maio, o empresário Oded Grajew, diretor-presidente do Instituto Ethos de Empresas e Responsabilidade Social, lembra que o Brasil é um país que possui a quarta pior distribuição de renda do mundo e uma das piores concentrações de terra. É o 69º colocado no Índice de Desenvolvimento Humano da ONU e o 89º colocado em mortalidade infantil no relatório anual da Unicef. O Brasil é um país de 50 milhões de analfabetos e 30 milhões de miseráveis.

Sem preconceito

A professora Elisabete Búrigo enviou a seguinte mensagem ao jornal Adverso, apontando o que ela considerou a reprodução do preconceito da sociedade sobre a questão racial: "O Adverso 99 traz, na página 3, uma ilustração que reproduz o preconceito em torno da questão racial. A imensa maioria dos brasileiros tem ascendentes africanos e negros. São discriminados aqueles cuja cor de pele e traços lembram de modo inegável essa ascendência. Portanto, não se trata de identificar 100% negros ou 100% pardos. O debate sobre as cotas é mais sério e mais complexo. Há mais negros na universidade pública que nas particulares. Mas uma universidade que acolha todo o potencial criativo presente na sociedade brasileira será mais escura, morena, parda ou negra que a atual".

Portal da Ciência e Tecnologia

A Secretaria de Estado da Ciência e Tecnologia lançou dia 6 de maio o portal da Secretaria da Ciência e Tecnologia. O portal traz, entre outros assuntos de interesse, o Mapa da Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul e uma biblioteca virtual. No endereço www.sct.rs.gov.br, estão informações sobre os projetos da Secretaria da Ciência e Tecnologia (SCT). O internauta também poderá navegar nos sites da Rede Petro-RS, Rede Fito-RS, Ceitec, Programa de Apoio aos Pólos de Inovação Tecnológica, Rede Telecentros - RS e Rede Tchê, além de links para o Ministério da Ciência e Tecnologia (MCT) e instituições de C&T do Brasil e de outros países.

Diretoria

Presidente: Rubens Weyne;
1º Vice-Presidente: Marilene Schmarczek;
2º Vice: Félix González;
1º Secretário: Mário Wrege;
2º Secretária: Daniela Fialho;
1º Tesoureiro: Edson Lindner;
2º Tesoureiro: Vanderlei Carraro;
1º Suplente: Tatiana Montanari;
2º Suplente: Carmem Lucia Bezerra Machado

JORNALISMO

Professores defendem a formação universitária

A defesa da formação universitária para o jornalista foi apoiada, incondicionalmente, pelos professores presentes no 5º Fórum Nacional de Professores de Jornalismo, realizado em Porto Alegre, entre 28 e 30 de abril. Os docentes decidiram unir-se à Federação Nacional dos Jornalistas (Fenaj) na luta contra o fim do curso superior de Jornalismo, assinando o Programa de Qualidade do Ensino de Jornalismo, proposto pelo Departamento de Educação da Fenaj.

A polêmica se instalou entre a categoria desde que a Justiça de São Paulo, no final do ano passado, deu parecer favorável a uma ação movida pelo Ministério Público, que pedia a dispensa do diploma universitário no exercício da atividade de jornalista. Durante o Fórum, foi instituída uma Comissão dos Cursos de Jornalismo das Federais, que irá propor uma ação coletiva junto ao MEC para promover a melhoria na qualidade do ensino.

Para viabilizar sua institucionalização, o Fórum ampliou o quadro de coordenadores, com quatro professores compondo a Coordenação Nacional: Carmen Pereira (Rio de Janeiro/RJ), Gerson Martins (Campo Grande/MS), Sandra de Deus (Porto Alegre/RS) e Luis Martins (Brasília/DF). A coordenação será apoiada pelo Conselho Consultivo composto por Valci Zucolotto, representante da FENAJ, Victor Gentili, do Observatório da Imprensa, Sandra de Freitas, ex-membro da Coordenação Nacional e de três colaboradores eleitos na plenária final: Elias Machado (Salvador/BA), Maria Luisa (Recife/PE) e Carmem (Belo Horizonte/MG).

A cidade de Natal, capital do Rio Grande do Norte, foi escolhida para sediar o 6º Fórum Nacional de Professores de Jornalismo, em abril ou maio de 2003. O evento será promovido pela Universidade Potiguar (UP) em parceria com a Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN) e terá como coordenadora local a professora Sirleide Machado, da UP.

Ética e ensino de qualidade

A ética no jornalismo e a qualidade no ensino permearam os debates durante o Fórum. O evento reuniu cerca de 200 pessoas na Faculdade de Biblioteconomia e Comunicação (Fabico) da Ufrgs, entre professores, alunos e profissionais da área, que participaram de palestras, conferências e grupos de trabalho.

O jornalista Bernardo Kucinski, professor da Universidade de São Paulo (USP), abriu o evento falando sobre a crise ética que vive hoje o jornalismo brasileiro, que se vê obrigado a se adequar aos valores do neoliberalismo. "Nesse sentido é equívoco considerar o vazio ético das redações uma disfunção do jornalismo.



Cristina Lima

Ele existe porque tem uma função. E resulta de um embate ideológico que se dá além da esfera estrita da comunicação", disse Kucinski.

Na manhã do dia 29, Kucinski, Ruy Carlos Ostermann e Beth Costa abordaram o tema do fórum "Ética no Jornalismo, Qualidade no Ensino". Ostermann ressaltou que os professores de Jornalismo precisam atentar para a realidade das redações que, muitas vezes, não condiz com o ideal pregado na universidade. O painel, coordenado pela professora Marialva Barbosa, da Universidade Federal Fluminense (UFF), destacou as relações da atividade jornalística e a necessidade de ampliar o debate ético na formação do jornalista.

Mestrado e doutorado

As novas regras para implantação dos cursos de mestrado e doutorado e do chamado mestrado profissional em jornalismo foram discutidas entre os professores e o representante da área de comunicação da Capes - Coordenadoria de Aperfeiçoamento de Pessoal do Ensino Superior, Wilson Gomes. Segundo Gomes, é interesse da Capes implementar a instalação desse tipo de mestrado, chamado profissional, que deve atender à demanda de qualificação dos profissionais do mercado.

A criação do mestrado acadêmico em jornalismo e de uma área específica que trate da autorização e avaliação desses cursos foi cobrada pelos docentes ao re-

presentante da Capes. Gomes enfatizou que as instituições que querem criar cursos de mestrado/ outorado em comunicação devem seguir as orientações aprovadas pela Capes em fevereiro e constituir núcleos de pesquisa sedimentados, além das linhas definidas e estruturadas. Os trabalhos apresentados durante o Fórum de Porto Alegre estarão disponíveis na internet no endereço www.professoresjornalismo.jor.br. O acesso pode ser feito no link Grupos de Trabalho.

Livro rebate decisão judicial

A decisão da Justiça de São Paulo de acabar com a obrigatoriedade do diploma de curso universitário de jornalismo já tem resposta. O livro "Formação Superior no Jornalismo: uma exigência que interessa à sociedade", lançado durante o 5º Fórum Nacional de Professores de Jornalismo, reúne 24 artigos de jornalistas e professores da área e rebate os argumentos da Justiça paulista. O caso está no Tribunal Regional Federal de São Paulo.

Segundo o organizador do livro, Francisco Karam, da Universidade Federal de Santa Catarina (Ufsc), os textos analisam a profissão e apresentam justificativas para a necessidade de formação universitária em jornalismo em constestação à decisão judicial. A qualidade do ensino também é colocada em questão na obra, que pode ser encontrada no Sindicato dos Jornalistas do Rio Grande do Sul.

De acordo com Karam, a profissão de

Mídia será imparcial nas eleições?

Desta vez, a grande mídia nacional não irá apoiar explicitamente um candidato à presidência da República, mas se limitará ao relato puro e simples dos fatos. Quem defende a idéia é o jornalista e professor da Universidade Federal de Santa Catarina (Ufsc), Nilson Lage, autor de vários livros didáticos da área. Lage acredita que o endividamento das grandes empresas jornalísticas fará com que mantenham uma certa neutralidade na cobertura das eleições já que teriam interesse em ficar bem com qualquer candidato que suba ao Planalto.

Lage justifica com a ampla cobertura dada pela Rede Globo ao escândalo envolvendo a ex-governadora do Maranhão, Roseana Sarney (PFL), e que culminou na retirada precoce de sua candidatura. Para o jornalista é oneroso para a Globo manter alianças nos estados com figuras políticas desgastadas, como Antônio Carlos Magalhães, Fernando Collor e Roseana Sarney, proprietários de canais de televisão filiados à Globo em seus respectivos estados.

Há, no entanto, na opinião de Lage, a possibilidade da grande mídia nacional ser pressionada pelo capital estrangeiro diante do crescimento da esquerda, o que a levaria a tomar uma posição política mais explícita e com isso parcializar a cobertura jornalística sobre as eleições.

Marialva Barbosa, professora da Universidade Federal Fluminense (UFF), não compartilha da mesma idéia e acredita que a grande mídia mais do que nunca estará unida para tentar derrubar a esquerda durante o processo eleitoral. "Eles estão ligados aos grandes grupos de poder e têm um compromisso com o projeto neoliberal", justifica.

jornalista foi regulamentada pela primeira vez no Brasil em 1962, através de um decreto revogado pouco tempo depois. Em 1969 veio a segunda regulamentação, atualizada em 1979. "A Justiça alegou que a exigência de diploma fere a liberdade de expressão e que o decreto é inconstitucional", esclareceu o professor.

Em alguns países da Europa, segundo Karam, não é exigido do profissional o curso de graduação em jornalismo, mas é preciso ter pós-graduação na área para exercer a função. No entanto, o quadro vem mudando, na medida que surgem cursos específicos de jornalismo. Sobre a qualidade do ensino de jornalismo no Brasil, Karam avalia que há boas e más escolas no país. "As melhores ainda são as públicas", defende.

PRIVATIZAÇÕES

Água pode ter mesmo destino da energia elétrica

Sob o argumento de facilitar a administração do serviço de abastecimento de água, o governo federal tenta, a toque de caixa, aprovar um projeto de lei que transfere a titularidade da água para os Estados e abre as portas para a privatização do setor

Os problemas causados pela privatização das companhias estatais de energia elétrica podem se estender também ao setor de saneamento. O governo, através de um projeto de lei, quer transferir a titularidade das companhias de água dos municípios para os Estados, sob o argumento de que ficaria mais fácil administrar o serviço. Na verdade, garantem os parlamentares da oposição, a proposta é mais uma manobra política para facilitar a privatização. "Se o poder concedente passa para o Estado fica muito mais fácil negociar a venda das companhias, do que se tivessem que tratar com cada município", esclarece a deputada federal Maria do Carmo Lara (PT/MG), da Frente Nacional de Saneamento.

A briga sobre a titularidade da água se arrasta no Congresso há dois anos. O primeiro projeto de lei - 2763/00 -, de autoria dos deputados Maria do Carmo e Sérgio Novais (PSB/CE), foi elaborado com base na 1ª Conferência Nacional de Saneamento, realizada em 1999 na Câmara Federal com a participação de cerca de 800 pessoas de todos os estados do Brasil. Pela redação do projeto, o poder concedente do setor de abastecimento de água mantém-se no Município, que fica responsável também por todo o saneamento básico. Essa seria, segundo Maria do Carmo, uma das maneiras de resguardar o setor da ação predatória da iniciativa privada.

No ano passado, o governo apresentou outro projeto - 4147/01 - que propõe justamente o contrário: o poder concedente do setor passaria para os Estados. Outra falha do projeto do Executivo apontada por Maria do Carmo Lara é o fato de não

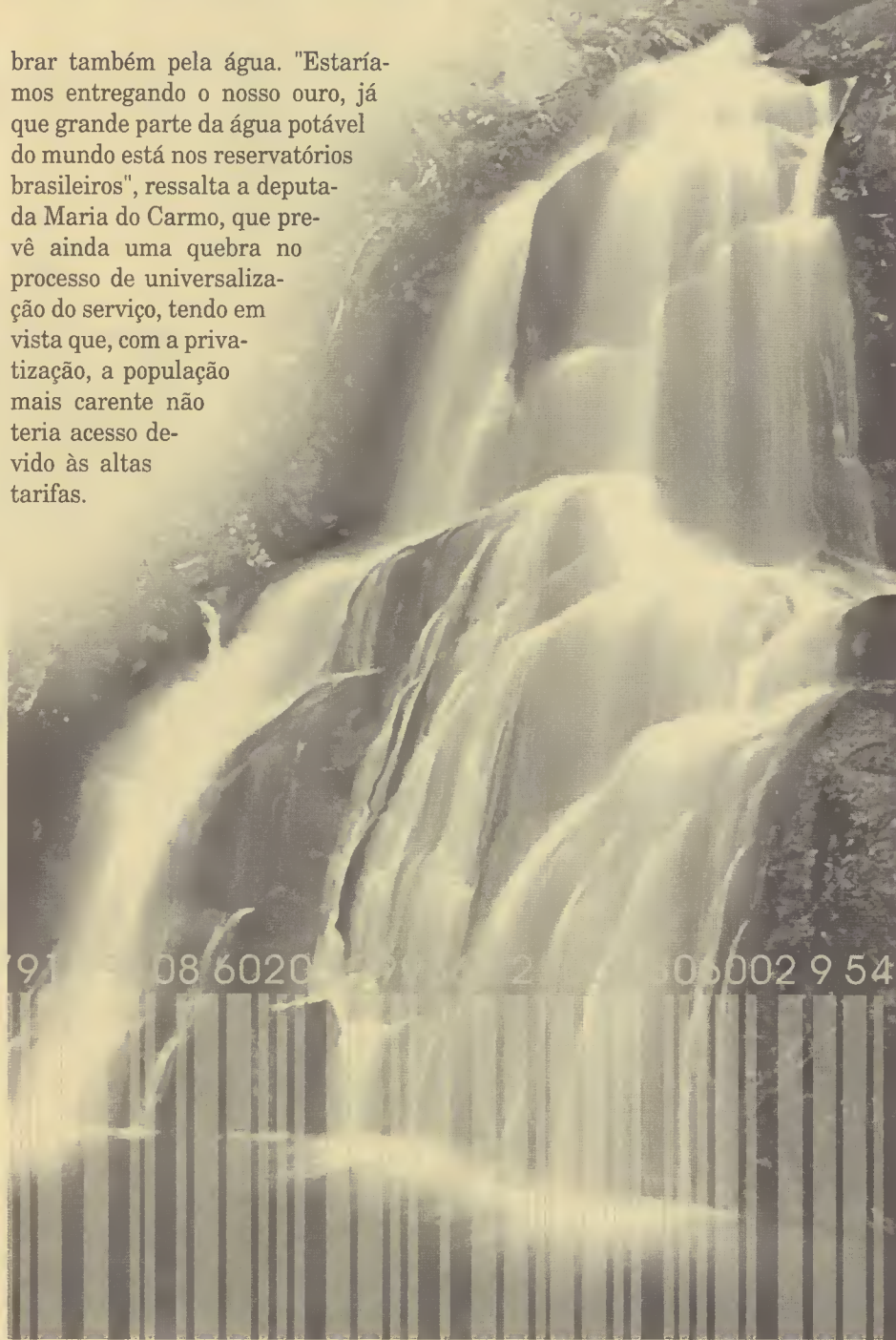
tratar do saneamento básico - esgoto -, o que deixaria a cargo das empresas privadas, no futuro, apenas o lado lucrativo do negócio. "O setor movimenta R\$ 10 bilhões por ano no Brasil. É muito dinheiro e a iniciativa privada está de olho", alerta a deputada.

Tentando encontrar um meio termo, o deputado Adolfo Marinho (PSDB/CE) elaborou uma proposta que prevê a concessão do setor para os pequenos municípios e para o estado no caso das regiões metropolitanas. "Isso não resolve, porque são justamente as regiões metropolitanas que geram a maior parte do dinheiro do setor", argumenta a deputada petista. O documento alternativo de Marinho, assim como o projeto do Governo, não contempla os serviços de rede de esgoto, conforme informou Maria do Carmo Lara.

Para a deputada, existe uma grande pressão do governo em regulamentar o setor - sem regulamentação desde o final da ditadura militar -, já que teria assumido compromisso com os credores internacionais de privatizar as estatais brasileiras antes do final de seu mandato. "A nossa luta é para que nada seja aprovado sem uma profunda discussão dentro da sociedade. Se tomarmos uma decisão precipitada, corremos o risco de daqui a alguns anos estarmos guerreando por água, como acontece atualmente com o petróleo", observa.

Hoje, o consumidor não paga exatamente pela água, mas pela comodidade de poder abrir uma torneira em casa e ver jorrar água potável. Caso as companhias sejam privatizadas, os reservatórios brasileiros ficariam nas mãos das multinacionais que podem passar a co-

brar também pela água. "Estariamos entregando o nosso ouro, já que grande parte da água potável do mundo está nos reservatórios brasileiros", ressalta a deputada Maria do Carmo, que prevê ainda uma quebra no processo de universalização do serviço, tendo em vista que, com a privatização, a população mais carente não teria acesso devido às altas tarifas.



Depois do apagão, aumento das tarifas

Quase ninguém ou pouquíssimas pessoas sabem como foi efetivada a venda das estatais de energia elétrica no Brasil. Há cláusulas dos contratos de concessão, por exemplo, que responsabilizam o governo pelo equilíbrio econômico e financeiro das concessionárias privadas. Com base nessa garantia, as empresas pediram reposição das perdas resultantes do racionamento, estimadas em R\$ 4 bilhões, e conseguiram. No início de abril, a Câmara Federal aprovou a Medida Provisória nº 14 - a MP do setor elétrico, que transfere o prejuízo das empresas de energia elétrica para o consumidor, através do aumento das tarifas e do seguro-apagão, criado para evitar um fu-

turo colapso de energia.

Contra a Medida Provisória, ainda não submetida à votação no Senado, surgem manifestações de protesto. No dia 12 de abril, parlamentares do PT ingressaram com uma ação popular, em Brasília e, em Minas Gerais o Movimento das Donas de Casa também está acionando a Justiça. As ações questionam as alíquotas e pedem a interrupção dos contratos de compra emergencial de energia, além de pedir, liminarmente, a suspensão da cobrança do seguro-apagão.

O deputado João Paulo (PT/SP), um dos autores da ação, argumenta que o consumidor não pode pagar um seguro-apagão se o próprio governo admite que

não há risco de racionamento em 2002. Segundo ele, os contratos de compra emergencial de energia estão superfaturados e foram feitos sem licitação. Os parlamentares opositoristas acusam o governo de usar o consumidor para capitalizar as empresas do setor elétrico.

A ação movida pelos deputados questiona, ainda, o contrato assinado com 58 usinas, pela recém-criada Comercializadora Brasileira de Energia Emergencial (CBEE), para compra emergencial de energia em caso de uma nova crise de abastecimento. Pelo contrato de aluguel dos equipamentos, as usinas irão receber R\$ 6,7 bilhões, mesmo que não tenham que produzir um único quilowatt/hora. Se as usinas forem acionadas, a conta

pode chegar a R\$ 11 bilhões.

Não bastasse o peso no bolso do consumidor e o sacrifício de um ano economizando energia, especialistas independentes garantem que o risco de um novo racionamento não está descartado, embora o governo afirme que sim. Em entrevista a Revista dos Bancários, o professor Maurício Tolmasquim, coordenador do Programa de Planejamento Energético da Universidade Federal do Rio de Janeiro (Ufrj), disse que, ao interromper o racionamento, o governo colocou mais uma vez nas mãos de São Pedro a tarefa de garantir energia elétrica para o próximo ano, na medida em que o sistema continua totalmente dependente das chuvas.

MUNDO DO TRABALHO

Mulheres brasileiras ganham menos e trabalham mais

“Esta humanidade da mulher, levada a termo entre dores e humilhações, há de vir à luz, uma vez despidas, nas transformações de sua situação exterior, as convenções de exclusiva feminilidade. Os homens que não a sentem vir ainda, serão por ela surpreendidos e derrotados. Um dia ali estará a moça, ali estará a mulher cujo nome não mais significará apenas uma oposição ao macho nem suscitará a idéia de complemento e de limite, mas sim a devida, de existência: a mulher ser humano”.

(Rainer Maria Rilke, 1904)

Um século depois, essa espécie de profecia de Rilke continua sem se concretizar em nenhuma parte do mundo. O Brasil, cuja população neste início de século é predominantemente feminina (51%, segundo o IBGE), continua a tratar a mulher de forma diferente dos homens. Apesar da superioridade numérica, a participação delas no mercado de trabalho é bem inferior. Tradição mundial, as poucas mulheres que trabalhavam nas últimas décadas dedicavam-se a tarefas associadas àquelas que poderiam estar realizando em casa. Cuidar de crianças, educá-las, realizar serviços de limpeza, cozinhar ou atuar em profissões menos qualificadas na área da saúde. Mudar esse quadro foi o desafio do século XX, como previu Rilke.

Segundo relatório do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento, nos países chamados desenvolvidos a participação feminina no mercado de trabalho era de 44% em 1997. No começo da década de 90, países como o Canadá chegaram a apresentar índices de participação feminina que indicavam praticamente uma igual divisão entre mulheres e homens. Nos países árabes, porém, apenas uma em cada quatro mulheres está no mercado, apesar de haver uma tendência de que esse número aumente.

Não é necessária, no entanto, a análise de culturas tão distantes para avaliar que as mulheres enfrentam adversidades ao ingressarem no mercado de trabalho. No Brasil, em 1973, eram cerca de 11 milhões de mulheres dentro da população economicamente ativa, ou 30,9%. O número triplicou até o ano de 1999, quando passaram a ser 41,4%, ou 33 milhões. Apesar das diferenças entre as regiões brasileiras, a presença da mulher no mercado é bastante homogênea. Em todas regiões elas correspondem a mais de 40% da população economicamente ativa. Muitas estão ainda ausentes das estatísticas, por realizarem apenas o trabalho doméstico, ou ajudando em algum negócio familiar.

Essa é, inclusive, a grande dificuldade que a trabalhadora encontra no mercado: a precarização. Se o mercado de trabalho brasileiro já é caracterizado pela utiliza-

ção de mão-de-obra sem vínculo formal, no caso do emprego feminino essa característica é ainda mais evidente. A ocupação em postos de trabalho vulneráveis como domésticas ou autônomas justifica-se pela discriminação imposta quanto à contratação de mulheres. Altos custos relacionados à manutenção delas no trabalho são usados como desculpa: passarem 120 dias afastadas devido à gravidez ou a obrigatoriedade de o empregador conceder alguma flexibilidade nos horários da mãe, ou custos de manutenção de creche para funcionárias. No entanto, parte desses benefícios são responsabilidade do sistema de seguridade social, sem acarretar custos diretos para o contratante.

Tarefas domésticas

A mulher acaba vivenciando uma sobrecarga de trabalho, porque participar do mercado formal não a desobriga das tarefas tradicionalmente femininas, como cuidar dos filhos ou da casa. Desempenhar esta chamada dupla jornada acaba sendo um traço marcante para o resto da vida da mulher que decide e tem a chance de trabalhar fora de casa. "Todas as pesquisas tentam mensurar a dupla jornada. Se for pra mensurar o trabalho das mulheres, teriam que ser remuneradas as atividades e os cuidados que dão conta da reprodução social do ser humano. Quando a mulher vai pro mercado de trabalho todas essas funções não são tiradas dela. E nem tão pouco minimamente resolvidas", é a análise que Rossicleide Silva, da Secretaria Estadual de Mulheres do PT e da Rede de Mulheres Transformando a Economia.

Para Rosecleide, a reprodução social, que hoje é uma tarefa atribuída às mulheres, não é analisada. Segundo ela, pontualmente as mulheres têm trabalhado na política por creches, na discussão de repartição do trabalho doméstico, com lavanderias e locais para alimentação comunitários. "São situações mínimas: ter roupa lavada, comida e um lugar para deixar os filhos enquanto a mulher está trabalhando. Este seria um patamar mínimo, sem que se leve em conta o refinamento da temática. Nem o estado, nem a sociedade estão ainda nes-



Cristina Lima

sa discussão da reprodução social, que afeta a sociedade desde o nível afetivo psicológico até ao econômico", fala.

As mulheres ainda ocupam, em maior proporção, funções não qualificadas em todas as regiões metropolitanas brasileiras. Os homens em cargos de direção e gerência, como empresários, somam aproximadamente o dobro do encontrado na ocupação feminina. Esses cargos estão relacionados a um plano de carreira profissional e o tempo de permanência no emprego para homens e mulheres é semelhante, do que se conclui que muitas vezes promoções são negadas às mulheres. Sem citar que o rendimento/hora das mulheres é inferior mesmo quando ocupam cargos elevados ou semelhantes aos dos homens.

Aliás, quando o assunto é remuneração, todos os dados indicam uma situação grave. As mulheres brasileiras ganham em média cerca de 65% do que recebem os homens. O menor diferencial salarial é encontrado em Porto Alegre. A remuneração das mulheres que possuem o ensino médio completo é o mesmo para os homens que possuem apenas o ensino fundamental. No curso superior, a remuneração feminina é de 25% a 35% mais baixa

que a dos homens. Solucionar questões como estas exige uma análise bastante ampla. "Tem de ser pensada estruturalmente a sociedade, porque não se trata de uma simples distribuição de tarefas entre homens e mulheres no âmbito doméstico. Nem só de dizer que o Estado vai colocar mais creches ali e aqui. Não são apenas políticas públicas que dão conta desta problemática", enfatiza Rossicleide.

Ela lembra que a fundação Perseu Abramo lançou uma pesquisa recente mostrando que na questão do trabalho as mulheres estão muito otimistas. "Se juntarmos as perguntas e os dados, porque lá também aparece que o trabalho feminino é precarizado, então como explicar as mulheres estarem otimistas? O trabalho doméstico não é reconhecido socialmente, nem é remunerado, é o não-trabalho". O fato das mulheres estarem fora de casa, mesmo que seja em postos precarizados, já as coloca em outro patamar socialmente "pronto, agora eu posso comprar meu batom, minha calcinha. Mesmo que ela esteja numa função ruim, ganhando mal, sem creche para os filhos; nesse momento inicial o fundamental é não estar confinada, porque o trabalho doméstico deixa nas mulheres a idéia do confinamento".

ELEIÇÕES ANDES-SN

Docentes votam para fortalecer Sindicato Nacional

Nos próximos dias 22 e 23, professores das universidades públicas de todo o País vão às urnas escolher seus dirigentes sindicais para os próximos dois anos. O momento coincide com possíveis mudanças políticas no Brasil, com o crescimento da esquerda na corrida presidencial. A chapa 1 representa a continuidade das políticas praticadas na atual gestão da Andes/Sindicato Nacional, enquanto a chapa 2 propõe uma maior abertura dentro do sindicato, tendo em vista atrair um maior número de docentes. Esse envolvimento é proposto pela chapa 1 através de bandeiras de luta que contemplem a todos igualmente, professores de 1º e 2º graus e Ensino Superior. Ambas as chapas vestem a camisa em defesa da Universidade Pública, assim como a isenção política nas eleições presidenciais, como forma de preservar a autonomia sindical. A participação dos docentes nesse processo será decisiva para o fortalecimento do Sindicato Nacional.

Maricélia Pinheiro

Maria Aparecida Ramos - Chapa 2 "Uma nova Andes é possível: plural e de luta"

"Não temos medo de idéias adversas"

grandes formulações de diagnóstico e solução da crise da universidade.

No caso brasileiro, a situação ainda é mais grave. Um lineamento que sempre devemos fazer quando tratamos de universidade pública no Brasil é considerar nosso país como dependente. Darcy Ribeiro costumava criticar a idéia de "universidade reflexa", ou seja, a universidade que só faz copiar o que vem de fora, reiterar a dependência; a idéia original da UNB, no projeto de Darcy, era exatamente efetuar um rompimento com esse tipo de universidade reiteradora (quando um novo método de administração é sistematizado nos EUA, logo se repete, acriticamente, no Brasil). Dessa maneira, temos o somatório de duas crises das universidades brasileiras. O desafio da universidade pública no Brasil, portanto, é enorme. Trata-se de reafirmar a autonomia em face de três dimensões somadas - o mercado, o Estado e a dependência.

Adverso - Qual a sua avaliação da Universidade Pública brasileira hoje?

Maria Aparecida - De começo, seria ocioso lembrar que a instituição universitária vive, em plano mundial, e já há algum tempo, uma crise de identidade de largo fôlego. O primeiro elemento estruturante dessa crise é que, como instituição muito antiga - surgida na Europa Ocidental na passagem da alta Idade Média para a baixa Idade Média - a universidade é anterior inclusive ao movimento histórico de formação dos Estados nacionais e da forma social de produção de riqueza que denominamos de capitalismo; ora, como instituição anterior, a autonomia da universidade pública é permanentemente acossada tanto pelo Estado como pelo mercado. Essa contenda entre a autonomia da universidade e os vetores do Estado e do mercado, não nos enganemos, está presente tanto no cotidiano da vida universitária como nas

Adverso - Qual a sua opinião sobre os investimentos externos no ensino superior (prestação de serviços, fundações, etc.)?

Maria Aparecida - As fundações de apoio foram criadas após a lei de licitações para facilitar a entrada de dinheiro externo. A consequência foi a proliferação sem controle destas instituições em todo o Brasil, e serviu exclusivamente de remuneração extra para os professores, facilitando a existência de cursos pagos na universidade. A posição defendida pela Andes é que a fundação é igual à privatização, o que é uma posição xiita no momento em que as fundações são uma realidade existente nas universidades públicas de todo o País e estão aumentando. Acredito que, temos que equacionar esta discussão e a movimentação destas verbas, pois não existe nenhum controle pela comunidade universitária e com a discussão de autonomia universitária que certamente estará na pauta do próximo governo, seja ele de esquerda ou não, é grande o risco da universidades públicas passarem de autarquias a fundações.

Luiz Carlos Lucas - Chapa 1 "Andes Autônoma e Democrática"

"Rompemos com o imobilismo"

Adverso - Qual a sua avaliação do movimento docente, no que se refere à participação da categoria?

Luiz Carlos Lucas - Na minha avaliação, um dos principais pontos positivos da última greve, além de haver derrotado o projeto de emprego público, foi o fato de termos sido capazes de romper com a situação de imobilismo que se configurou como uma tendência de longo prazo não só no Andes como no sindicalismo em geral e que, entre nós, foi intensificada com o desastroso final da greve de 98, quando as decisões de nossas instâncias deliberativas foram sistematicamente desrespeitadas.

Na greve do ano passado, porém, conseguimos recuperar nossa capacidade de ação coletiva. Consolidamos uma posição importante de interlocução no conjunto dos movimentos populares, associações científicas e profissionais, junto ao Congresso Nacional e à própria mídia, que tradicionalmente nos tem sido hostil. Sobre tudo os docentes recuperaram a confiança em sua capacidade de interferir no cenário político nacional.

Manter os professores mobilizados depende do Sindicato Nacional como um todo - Seções Sindicais, Diretorias Regionais, Diretoria Nacional. Pensamos que um primeiro passo é manter a linha de encaminhar as demandas cotidianas dos

professores em relação às suas condições para o exercício da docência (ensino, pesquisa e extensão), articulando-as às lutas mais gerais em defesa da Universidade Pública, dos serviços públicos e dos direitos dos trabalhadores.

É importante, neste campo, entender que a categoria docente inclui ativos e aposentados, professores lotados na carreira de 1o e 2o graus, assim como de 3o grau, ou seja, garantir que as lutas sejam conduzidas para garantir os direitos de todos.

Também fundamental é manter ativos todos os espaços de construção coletiva do movimento docente - das assembléias gerais aos Congressos do Sindicato Nacional, passando pelos Grupos de Trabalho em âmbito local e nacional. Manter ativos e respeitar suas deliberações e encaminhamentos, pois é preciso continuar garantindo a democracia interna ao movimento, pedra de toque da confiança dos docentes nas saídas coletivas encaminhadas pelo ANDES-SN.

Adverso - Como, na sua opinião, deveria ser a relação da Andes com o futuro governo do Brasil, na hipótese da eleição ser ganha por um candidato de esquerda?

Luiz Carlos Lucas - Defendemos firmemente a autonomia deste Sindicato em relação a qualquer governo que venha a se instalar, precisamente por acreditarmos que o papel do sindicato é defender os interesses da categoria - o que inclui a questão salarial - e também formular propostas alternativas para as questões mais amplas em que a categoria está imersa - o que inclui a questão educacional. Para cumprir este papel o Sindicato deve manter permanentemente acesa a chama da mobilização, pois a negociação de demandas, pautas e projetos não se faz apenas por boa ou má vontade dos governantes, mas como decorrência de uma dada correlação de forças que se estabelece na sociedade, entre projetos distintos.

Adverso - Qual a sua avaliação da Universidade Pública brasileira hoje?

Luiz Carlos Lucas - Na Universidade estamos cercados pelo arrocho salarial, pela escassez de verbas, pe-

la vinculação das verbas de pesquisa ao mercado, pela pressão produtivista das "avaliações" que não avaliam o trabalho acadêmico e pelo canto da sereia da privatização interna, que avança através das fundações privadas, que hoje literalmente dirigem boa parte das principais instituições.

Estamos conscientes das dificuldades que temos de enfrentar para representar a categoria docente numa conjuntura francamente adversa. Entendemos, no entanto, que a perspectiva crítica e realista deve ser um princípio dos que encaram o mundo com o olhar da ciência. É o conhecimento científico que nos mostra a possibilidade de transformação deliberada das sociedades não se podendo, portanto, aceitar o fazer acadêmico como alibi para o conformismo cético, ou para a adaptação passiva à ordem, através da busca de saídas individuais. É possível construir horizontes mais promissores a partir de uma intervenção coletiva.

Horizontes mais fecundos para a Universidade, que defendemos pública, realmente autônoma, em que a gratuidade seja um princípio aplicado a todas as atividades acadêmicas, em que a indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão seja a principal garantia de um padrão unitário de qualidade. Uma Universidade entendida como dever do Estado e direito dos cidadãos, referenciada socialmente no interesse da maioria da população e não como um serviço submetido à lógica do mercado.

Adverso - Como você vê os rumos da Universidade Pública?

Luiz Carlos Lucas - O maior desafio enfrentado pelas Universidades Públicas atualmente é representado pelo crescimento do setor privado no ensino superior em paralelo ao crescimento de uma perspectiva de mercado no interior da Universidade Pública. Defendemos um processo de ampliação da Universidade Pública, num horizonte de garantia universal do acesso ao ensino superior, o que está longe de ser uma utopia irrealizável se pensarmos na universalização do direito de acesso presente em muitos países, inclusive da América

Latina. Isto depende da efetivação de projetos políticos alternativos ao que aí está - no plano nacional e na maioria dos estados - e nós acumulamos, ao longo de anos, nossa contribuição para esse debate, através da Proposta do ANDES-SN para a Universidade Brasileira (Caderno 2).

Quanto ao desafio interno, o enfrentamento se coloca cotidianamente nas dificuldades colocadas para o exercício pleno da docência (ensino, pesquisa e extensão) nas Universidades Públicas - através do arrocho salarial, da falta de investimentos, da não abertura de cursos públicos - o que redundando em perda da qualidade do trabalho, que na Universidade Pública está associada justamente a indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão. Em paralelo, seguem os apelos privatizantes para a complementação salarial em cursos pagos e consultorias, que absorvem o tempo que deveria ser dedicado às atividades-fim; e avançam também as políticas públicas que estimulam a fragmentação da pesquisa universitária e sua subsunção a um projeto internacional que nos limita a compradores de produção intelectual produzida alhures ou complementadores de pacotes tecnológicos orientados pelos interesses das grandes corporações transnacionais, no modelo da proposta de projeto de lei de "inovação tecnológica".

Adverso - Qual a sua opinião sobre os investimentos externos no ensino superior (prestação de serviços, fundações, etc.)?

Luiz Carlos Lucas - O processo de privatização interna das instituições públicas, que tem chegado às páginas da imprensa nacional por conta dos escândalos nas fundações de apoio, merecerá especial atenção dos docentes e do nosso sindicato nos próximos meses, face à ameaça de institucionalização da concepção de Universidade para o "mercado", que poderá decorrer de uma aprovação da proposta de lei de "inovação tecnológica" apresentada pelo Ministério da Ciência e Tecnologia.



ECONOMIA

O imediatismo e a urgência são a marca do nosso tempo. A instabilidade e a precariedade do trabalho encurtam o tempo presente. Essa situação impede qualquer projeto de longo prazo, fazendo prever grande incerteza sobre o futuro. É preciso estruturar uma ética do futuro, uma ética do tempo que reabilita o futuro, mas também o passado e o presente

O futuro do tempo

(1ª parte)



Jérôme Bindé*

ela "está imobilizada na estreita passarela do presente".

O século XX foi o das previsões arrogantes, quase sempre desmentidas. O XXI será o século da incerteza; portanto, das previsões. Menos que nunca, poderemos prever em que tempo viveremos. Na realidade, ocorreu uma revolução maior na concepção científica do tempo. Segundo a teoria clássica, a de Newton, o tempo passava uniformemente e com a mesma velocidade: era universal, absoluto e neutro. Nesse sentido, o passado e o futuro eram idênticos.

Sabemos que, com a teoria moderna da relatividade, formulada por Einstein, a noção de tempo modificou-se profundamente. O conceito espaço-tempo se impôs e substituiu as noções separadas de espaço e de tempo. O tempo perdeu, então, sua idealidade física e newtoniana. Como não é possível ir mais rápido que a velocidade da luz, é impossível voltar ao passado.

Rumos da história são o extravio

Perguntado sobre o futuro do tempo, Ilya Prigogine tentou ir mais longe, introduzindo a idéia de incerteza na idéia de tempo. Essa idéia de incerteza talvez venha a ser o fato marcante do século XXI. Ilya Prigogine mostra que as leis reversíveis de Newton só dizem respeito a uma pequena parcela do mundo em que vivemos. Permitem, é claro, descrever o movimento dos planetas. Mas o que nesses se passa – a geologia, o clima, a vida – exige a formulação de leis que implicam fenômenos irreversíveis.

Será que avaliamos devidamente a revolução que essas descobertas introduzem na noção do tempo? Chegou o fim das certezas: o tempo não tem um futuro, mas, sim, futuros. Porque, daqui por diante, a natureza é imprevisível: ela é história.

Que concepção da História e do futuro do tempo aparece nessa revolução epistemológica? Precisamente, a da liberdade. Segundo Robert Musil: "A trajetória da história não é como a de uma bola de bilhar que, uma vez lançada, percorre um caminho definido: ela se parece mais com o movimento das nuvens, ou com o trajeto de um homem vagando pelas ruas e que muda de direção por causa de uma sombra aqui, por causa de um grupo de curiosos, ou por causa de uma estranha combinação de fachadas ali, e que vai dar num lugar desconhecido onde não pensava ir. Os rumos da história", conclui Robert Musil, "são muito freqüentemente o extravio. O presente representa sempre a última casa de uma cidade, aquela que, de um modo ou de outro, não faz mais parte do povoado. Cada nova geração pergunta-se, admirada: quem sou eu? Quem eram meus antepassados? Seria melhor que se perguntasse: onde estou? E supusesse que seus antepassados não eram diferentes dela, mas, simplesmente, outros".

A contração do tempo e do espaço

Os desafios dessa revolução são consideráveis, tanto para as "ciências duras" quanto para as ciências humanas e para a previsão. Ilya Prigogine resume da seguinte

maneira a amplitude da reviravolta introduzida na esfera dos saberes: "Que rumo tomará o século XXI? Qual o futuro do futuro? (...) Com a noção de probabilidade, as idéias de incerteza e de múltiplos futuros entram nas ciências do microscópico. (...) Passamos de um mundo de certezas para um mundo de probabilidades. Devemos encontrar a via estreita entre um determinismo alienante e um universo que seria regido pelo acaso e, por consequência, inacessível a nossa razão".

Diante dessa imensa mudança em nossas concepções de tempo, como nos surpreendermos se também vivemos uma crise do tempo social e cultural? Como dizia Benedetto Croce, a história é sempre contemporânea.

Primeiro fenômeno: a contração do tempo e do espaço, essa compressão que está no cerne das análises da terceira revolução industrial. Quando se buscam referências cronológicas sobre a contração do tempo na história, é necessário lembrar que se começou a falar de décimo de segundo em 1600, de centésimo de segundo em 1800, de milissegundo em 1850, de microssegundo (milionésimo de segundo) em 1950, de nanossegundo (milésimo milionésimo de segundo) em 1965, de picossegundo (milésimo de bilhão de segundo) em 1970, de femtossegundo (milionésimo bilionésimo de segundo) em 1990 e que, provavelmente por volta de 2020, se falará de attossegundo, isto é, de trilionésimo de segundo!

Um tempo quase fantasmagórico

Nosso conhecimento do tempo parece avançar rumo a uma decomposição cada vez mais fina, rumo ao infinitamente breve, coisa de que cada área da vida social, mesmo na cultura, na comunicação e na política, parece fornecer inúmeros exemplos eloquentes. Andy Warhol dizia que qualquer um poderia tornar-se famoso durante quinze minutos, na era dos meios de comunicação de massa. Mas a teoria do marketing já procura nos convencer de que sete segundos seria a duração máxima de uma mensagem audível e apreensível para a massa dos telespectadores.

Segundo os especialistas, seriam necessários três meses, em 1990, para se conceber e realizar um novo protótipo de carroceria de automóvel, ao passo que, em 1950, eram necessários três anos. "Bastam alguns minutos para se obter o conjunto dos artigos científicos, alvarás, decisões de justiça, relativos, em escala planetária, a um novo produto químico. Há trinta anos, essa pesquisa simplesmente não teria sido feita porque teria mobilizado uma enorme equipe de documentaristas durante vários anos".

Tais efeitos da contração do tempo estão no cerne do novo capitalismo da terceira revolução industrial e também invadem o campo político, social, cultural e simbólico. A obsolescência corrói o tempo da história, o tempo dos grandes ciclos e os ciclos da vida humana: foram necessários 500 mil anos para se passar do fogo à arma de fogo e, depois, muito pouco tempo para se passar do automóvel ao avião. Essa aceleração do tempo provoca o desaparecimento dos objetos mesmo no interior de uma vida humana, que vão sendo substituídos por outros. Daqui por diante, o tempo tecnológico, mas também social, é volátil, quase fantasmagórico.

Uma revolução silenciosa

Quanto mais se contrai, mais o tempo se torna mundial. Quanto mais se reduz ao presente, mais a his-



tória se torna contemporânea. Quanto mais o tempo se comprime, mais a competição se aguça e mais o tempo se torna, por excelência, o trunfo estratégico e o fantasma perdido de nossa modernidade tardia.

Nessa perspectiva, vivemos uma revolução silenciosa do tempo, que afeta as relações que ele mantém com o trabalho. Segundo Adam Smith, a essência abstrata da riqueza era o trabalho. Mas o trabalho era o tempo. E o que ocorre hoje? Assistimos à crise simultânea do trabalho e do tempo como temporalidade social. Trata-se de uma crise fundamental, pois, como observou Roger Sue: "A história do trabalho confunde-se com a dos Tempos Modernos. O tempo de trabalho na modernidade desempenhava, nesse sentido, um papel similar ao do tempo religioso na Idade Média." Aliás, derivava historicamente do tempo religioso e, de certa forma, "copiou-o".

Desempenhando um papel central, o tempo de trabalho, como o tempo religioso, assegurava, na realidade, três grandes funções: a produção de vínculo social e de identidade (o tempo de trabalho "estrutura o tempo

dos indivíduos, fixa-lhe referências"); o vínculo entre atividade e "salvação" (segundo Max Weber, o tempo religioso organiza a "economia da salvação", enquanto o tempo de trabalho representa "a salvação pela economia"). E uma terceira grande função: a orientação do futuro – o tempo central dava um sentido ao futuro. Um sentido transcendente ao tempo religioso, um sentido imanente, ou secular, ao tempo de trabalho.

As demandas "pós-materialistas"

O trabalho seria capaz de ainda garantir essa tripla função? Há motivos para duvidar. Primeiramente, o trabalho se torna raro. Porque a extraordinária criação de riqueza engendrada pelas duas primeiras revoluções industriais – e, atualmente, pela terceira – se fez acompanhar por uma não menos extraordinária redução do tempo de trabalho.

Para citar o exemplo da França, em 1850 o tempo passado no trabalho representava 70% do tempo de vida sem dormir. Em 1900, já eram necessários apenas 42% e, hoje, com a redução do tempo de trabalho, o aumento da duração da vida e do tempo de escolaridade, não passa de 7% a 8%. Quando se toma como referência o conjunto dos países industrializados, o tempo de trabalho representa atualmente de 10% a 15% do tempo de vida sem dormir.

Segunda característica que assinala uma crise do trabalho: o deslizamento cultural de valores nas sociedades industrializadas, e de modo especial na Europa, com o aumento das demandas "pós-materialistas". As aspirações dos indivíduos que as compõem, e principalmente dos jovens, mudam. Falou-se de "fechamento em si". Talvez fosse necessário falar também de "fechamento sobre o si", ou da redescoberta de si.

Tempo de educação e formação

Terceira característica que põe o valor do trabalho em crise: seria o trabalho ainda o principal fator de produção? Também disso se pode duvidar, e por quatro razões, pelo menos. Com a irrupção da economia política – em 1776, data da publicação de A Riqueza das Nações, de Adam Smith – o trabalho passou a ser entendido como a essência abstrata da riqueza. Notemos que, a esse respeito, houve um surpreendente acordo entre os socialistas, os liberais e os cristãos sociais. Ora, já há mais de um século, com a teoria do equilíbrio geral formulada por Léon Walras, a troca e as relações entre a oferta e a demanda é que passaram a ocupar o lugar central. Nesse sentido, a idade de ouro do trabalho, em sua acepção conceitual, teria sido realmente o século XIX, embora, em termos humanos, tenha sido seu inferno.

Segunda razão: o capital – produto do trabalho e de sua acumulação – tende, cada vez mais, a substituir o trabalho. Terceira razão: à medida que fomos passando de sociedades de produção a sociedades de consumo, foi preciso não só aumentar o poder de compra dos trabalhadores (o que fez o fordismo), mas também liberar tempo para o consumo.

Quarta razão: para aumentar a produtividade do trabalho, principalmente graças ao progresso tecnológico, é e será necessário dedicar uma parte crescente do tempo de vida à educação e à formação profissional. Em outros termos, "os fatores externos ao trabalho acabam por se tornar mais importantes que o próprio trabalho e, em todo o caso, contribuem para reduzir sensivelmente sua duração". O antigo vínculo que ligava o tempo ao trabalho afrouxou-se progressivamente. Estaria em vias de se desfazer?

Tradução: Iraci D. Poleti

* Diretor da Divisão de Antecipação e Estudos Prospectivos na Unesco. Principal co-autor do relatório prospectivo mundial da Unesco Un Monde Nouveau (ed. Odile Jacob/Unesco, Paris, 1999) e coordenador do livro coletivo Les Clés du XXI^e Siècle, primeira antologia de "Entretiens du XXI^e siècle" (ed. Seuil/Unesco, Paris, 2000). Versões preliminares deste artigo foram apresentadas sob a forma de exposições na 5ª Conferência da Agenda do Milênio, organizada pelo Conselho Internacional de Ciências Sociais e pela Unesco (Rio de Janeiro, 1999), bem como no Colégio Internacional de Túnis (abril de 2001).

UNIVERSIDADE

OMC quer regular a Educação Superior

A educação pode oficialmente virar mercadoria dentro de pouco tempo. O alerta foi feito pelo professor Marco Antonio Rodrigues Dias, da Universidade das Nações Unidas (UNU) durante a III Cumbre - encontro de reitores de universidades públicas ibero-americanas - que aconteceu em Porto Alegre nos dias 25, 26 e 27 de abril.

Segundo Dias, o ensino superior está sendo incluído em um documento da Organização Mundial do Comércio (OMC) que regula os serviços comerciais e deve começar a vigorar até o final de 2003. Isso significa que a educação, um bem social, passaria a ser controlada pelas leis do mercado.

A informação, embora não fosse nova para a maioria dos reitores presentes, causou uma certa inquietação e preocupação, a ponto de surgirem várias propostas de formulação urgente de uma agenda de ações contra o documento da OMC. Os reitores que defendem o ensino como bem social querem unir-se, inclusive com outros setores da sociedade, para elaborar estratégias contra a oficialização da educação como serviço comercial. Alguns acreditam que talvez já seja tarde para reverter completamente o quadro que se desenha, mas que é possível amenizá-lo.

De acordo com o relato do representante da UNU, entidades de países ricos da Europa, Canadá e até dos Estados Unidos já se pronunciaram contra a inclusão da educação superior no acordo sobre serviços da OMC.

"Se o quadro se agravar, as universidades públicas serão levadas ao suicídio", prevê. Diante da grave situação pela qual passam as universidades públicas, o desafio lançado ao final da conferência é lutar para ampliar o número de vagas e melhorar ainda mais a qualidade.

A III Cumbre foi aberta na noite do dia 25, no prédio da reitoria da Ufrgs e contou com a participação do governador Olívio Dutra (PT) e do ex-presidente do Equador – atualmente candidato à presidência – Rodrigo Borja. Além de reitores de vários países da América Latina, da Espanha e Portugal, estiveram presentes representantes dos professores, técnico-administrativos e estudantes.

Após a cerimônia de abertura, Rodrigo Borja falou sobre "Educação, globalização e sociedade do conhecimento". Ele lembrou que a globalização coloca todos em um mesmo plano, como se todos tivessem exatamente as mesmas oportunidades. "É uma dinâmica perversa de internacionalização combinada com a desintegração da sociedade. As nações se unem economicamente, enquanto internamente os países pobres se fragmentam", definiu.

Para o candidato à presidência do Equador, vivemos uma era de concentração do conhecimento pelos países ricos, que provocam efeitos dissociadores na sociedade. Borja falou ainda sobre a ocidentalização da cultura universal, a discriminação cultural, étnica e religiosa como resultado da globalização econômica.

Marco Antônio Rodrigues Dias é bacharel em direito pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) e formado em Filosofia no Rio de Janeiro. Nos anos 60, trabalhou como jornalista em vários jornais de Belo Horizonte e na década seguinte ocupou o cargo de vice-reitor da Universidade de Brasília (UNB). Atualmente, entre outras atividades, assessora o reitor da Universidade das Nações Unidas (UNU) em assuntos relacionados com o acompanhamento da OMC.



Cristina Lima

Adverso - Que acordo é esse da OMC que ameaça o caráter social da educação?

Marco Antônio Dias - Os países membros da Organização Mundial do Comércio (OMC) aprovaram em 1995 um acordo geral sobre o comércio de serviços que estabeleceu os princípios gerais. Agora a OMC quer que esses princípios gerais se apliquem a várias áreas, inclusive à de educação, em particular o ensino superior e educação de adultos.

Adverso - Quais as consequências disso?

Marco Antônio Dias - As consequências concretas são as mais variadas. Pode-se dizer de uma maneira muito simples que a educação superior vai ser tratada como comércio, como qualquer produto que se vende, aviões, bananas. Nós todos vimos o que aconteceu na disputa entre a Embraer, do Brasil, e a Bombardier, do Canadá, em relação à venda de aviões. O Brasil foi acusado de dificultar as vendas do produto canadense e condenado a represálias, com risco até de ter que pagar indenização aos canadenses. O mesmo acontecerá com a educação superior. Qualquer grupo norte-americano, da Austrália ou Nova Zelândia, que são os mais agressivos, ou de outros países, que decida vir ao Brasil para vender "produtos educativos", seja diretamente, seja através de acordo com universida-

des brasileiras ou internet, as autoridades educacionais brasileiras não terão o direito nem o poder de resistir e de se opor. Não terão sequer o direito de examinar se esses programas foram concebidos levando em consideração a cultura brasileira e o interesse dos estudantes brasileiros. Isso é muito grave porque não é um produto qualquer, é um produto de formação, trata-se de deixar nas mãos, de não se sabe quem, a formação da juventude.

Adverso - Como fica a universidade pública nesse contexto?

Marco Antônio Dias - As universidades públicas, de uma certa forma, vão acabar, na medida que terão de enfrentar concorrências desleais. Os japoneses, que fizeram uma nota à OMC se opondo, foram irônicos dizendo não se pode aceitar a presença de verdadeiras "fábricas" de diplomas, que não tenham qualidade e que não levem em consideração a realidade cultural, social e os interesses do país.

Apoio a Tribunal Internacional

A Câmara aprovou o decreto legislativo para adesão do Brasil ao Estatuto de Roma para a criação do Tribunal Penal Internacional. A proposta que apóia a criação deste tribunal - necessário aos tribunais nacionais em seus esforços para fazer com que as pessoas suspeitas de terem cometido crimes de guerra, genocídio ou crimes contra a humanidade compareçam perante a Justiça - segue agora para o Senado. O Estatuto de Roma entraria em vigor no dia 1º de julho, e pode ser considerado um marco na luta da comunidade internacional para o fim da impunidade a responsáveis por esses crimes. A intenção é de criar um tribunal penal verdadeiramente universal, capaz de punir os criminosos mesmo em casos onde os sistemas nacionais de justiça penal sejam incapazes ou não queiram fazê-lo. Ainda assim, os Estados que aderirem ao Estatuto, como o Brasil, devem adotar, o mais breve possível, uma legislação abrangente de implementação que lhes permita cooperar com o Tribunal, o que é vital para garantir o seu funcionamento efetivo. Os Estados devem analisar seu direito penal interno para garantir que os crimes abarcados pela jurisdição do Tribunal possam ser julgados pelos próprios tribunais nacionais.

Agnes Olschowsky*, Christine Wetzel** e Luciane Kantorski***

A alienante estrutura manicomial

Ficamos perplexas com o artigo "Doença mental: a excluída". Em uma trajetória de mais de duas décadas na luta pela mudança do modelo assistencial em saúde mental o papel dos órgãos de comunicação tem sido fundamental e a publicação desse artigo nos provoca uma sensação de imenso mal-estar, por estarmos proxima-mente (por fazer parte da associação docente e saber do papel que esta ocupa no cenário estadual e nacional) vinculados à entidade que o publica.

E, por favor, em nenhum momento nos colocamos em defesa de nenhum governo, em nenhuma instância (não entendemos, seja mais clara - tipo e aqui não se trata de defender ou não determinados interesses partidários). Se as críticas veiculadas pelo artigo parassem só por aí, seríamos as maiores apoiadoras. Mas o artigo traz, na nossa opinião, duas idéias centrais que, em meio de uma série de frases de efeito, podem passar despercebidas, sendo esse seu maior perigo.

A primeira é a crítica ao Sistema Único de Saúde (SUS). O SUS é uma das maiores conquistas sociais pós regime militar e, apesar de todas as dificuldades na sua implantação, trabalhadores de saúde e usuários têm em seus pressupostos a garantia de direitos que não podem, em nenhum momento, ter um retrocesso. A falência de um sistema público de saúde representaria a morte para milhões de brasileiros e a opção pela construção de uma ética baseada na solidariedade ficaria extremamente comprometida.

Outra questão é que o artigo vai de encontro a toda uma luta que se iniciou na década de 80: o chamado Movimento da Luta Anti-Manicomial. Estruturas como o Hospital São Pedro, que infelizmente ainda existem em larga escala no nosso país, são o que tem de mais degradante para o ser humano (e não são diferentes em nenhum lugar do mundo). E não estamos defendendo o plano do Brito de privatização da área! Não estamos discutindo o destino da área do São Pedro, mas a proposta de que o modelo de assistência construído na sua estrutura permaneça. Modernização do hospital, via algumas propostas que apareceram na década de 70, entre elas a comunidade terapêutica, já está comprovadamente fadada ao fracasso porque não desmonta a estrutura manicomial que é, em si, alienante e cronificadora. Só que a autora faz uso de um argumento com o qual concordamos (a não privatização da área do São Pedro) para desqualificar um movimento que tem sim uma proposta e tem sim projetos. Só pensando no Rio Grande do Sul temos vários municípios, entre eles São Lourenço do Sul e Pelotas, um de pequeno e outro de médio porte, que implantaram um Sistema de Saúde Mental não asilar, não excludente, eficaz e eficiente.

Para nós, do mesmo modo como a estagiária de psicologia do Fórum, a autora encontra-se desesperada quando faz uso, de forma simplificada, de alguns pressupostos da psicanálise para defender o modelo do hospital psiquiátrico e o afastamento do doente de seu meio. Esses argumentos são os que, historicamente, ofereceram argumentos "técnicos" para a exclusão do doente mental: a idéia de que o convívio com a família leva à doença (Pinel, no final do séc. XVIII e início do séc. XIX, com seu tratamento moral já acreditava nisso). Essa idéia de culpabilização da família já sofre várias críticas por profissionais e pesquisadores de vários países. Além de não existirem evidências que comprovem que o convívio leva à doença, já existem estudos que mostram que a evolução de algumas patologias, por exemplo a esquizofrenia, é muito mais favorável quando o doente não é afastado do seu meio. O sofrimento de milhares de pessoas que se viram afastadas de suas referências afetivas e materiais nos momentos em que mais precisam delas, colocadas em ambientes impessoais, hostis, e muitas vezes desumanos, não merece voz? E para sermos bem sinceras, nem sabemos se a psicanálise defende realmente isso. Acho que o que chamamos de psicanálise atualmente é uma polifonia, com várias correntes, olhares e, sabemos que já tem muito psicanalista criticando a idéia de "isolamento terapêutico". Cada vez cresce mais a defesa de que a relação trabalhador-usuário-família seja

uma parceria dialética, em que os conflitos e as diferenças gerem um encontro com sínteses menos perversas que as do modelo hegemônico.

Quando aponta a "irrelevância do número de consultas ambulatoriais, usando como parâmetro as indicações de psicoterapia breve, bi-semanal, com duração de 6 a 12 meses e, para "transtornos emocionais leves" (note-se que deixam de ser doentes mentais) também é algo que mereceria ampla discussão, mas de uma forma um pouco mais crítica e fundamentada.

Não sabemos o que aconteceu com os cinco mil pacientes do São Pedro, mas acho que seria uma boa idéia perguntar a eles se têm saudades do "antigo lar" (se é que a autora pensa que eles têm condições de dar opinião). Recentemente, numa visita aos serviços de Pelotas, encontravam-se lá também alguns dos moradores atuais do São Pedro e que são originários daquele município. A visita tinha por meta trazer de volta estes usuários para o município, como parte de um projeto denominado "De volta para casa", com o envolvimento da equipe de saúde mental, usuários e Associação de Familiares. São Lourenço é outro município que teve este tipo de iniciativa. Pacientes que tinham, por anos de institucionalização no São Pedro, perdido as habilidades mais primárias tais como alimentar-se em pratos e com talheres e usar o banheiro encontram-se agora morando em casas, tendo como suporte a equipe de saúde mental do município.

A autora também mistura a questão dos pacientes asilares com os agudos. Muitos pacientes precisam, em determinadas fases da doença, do recurso da internação e, realmente, o investimento em serviços que atendam durante o chamado surto agudo (que na maioria dos casos não necessita de internação por mais de um mês) tem que ser ampliado, na forma de leitos em hospitais gerais ou outras propostas que existem, algumas já implantadas no país, que não na estrutura do manicômio. A proposta de mudança na lógica da assistência em saúde mental não nega a necessidade de internação como querem fazer crer alguns, mas, reconhecendo que esta é apenas uma fase do tratamento. E se formos discutir por aí, nem disso estruturas como o São Pedro, historicamente, deram conta: a clínica dos hospitais psiquiátricos é o que chamamos de clínica deteriorada, em que as funções sociais de exclusão do diferente se sobrepõem a qualquer tentativa da instituição e das pessoas que lá trabalham de construírem na sua prática outra finalidade que não aquela que lhes foi delegada historicamente: depósito.

Quem sabe vamos discutir os dados do Ministério da Saúde de que mais de 90% das verbas para a saúde mental ainda vão para a internação em instituições totais: a reversão desse quadro é uma luta para a qual precisamos de apoiadores, na qual formas alternativas e criativas, que já estão dando certo em várias cidades do Brasil, possam ser ampliadas, dando mais dignidade para o que chamamos de assistência em saúde mental brasileira. Precisamos também do apoio para que a verba direcionada para instituições como o São Pedro, Espírita, etc, instituições caras, cronificadoras e sem resolutividade, continuem sendo investidas na saúde mental: a idéia é que a verba acompanhe o usuário, principalmente os doentes mentais crônicos que precisam, junto com a sua família, de assistência permanente.

E, finalizando, tem muita gente ao redor do mundo se levantando na defesa do doente mental: não temos fórmulas e, certamente, não temos a segurança de algumas afirmações como a autora, mas a caminhada já existe e pensamos que o artigo tenha sido escrito não por má fé, mas por desinformação.

*Professora adjunta da Escola de Enfermagem da Ufrgs - Chefe do Serviço de Enfermagem Psiquiátrica do HCPA

**Professora assistente da Escola de Enfermagem da Universidade Federal do Rio Grande do Sul

***Professora do Departamento Enfermagem Psiquiátrica e Ciências Humanas da Escola de Enfermagem de Ribeirão Preto da Universidade de São Paulo

PRESTAÇÃO DE CONTAS

ADUFRGS - ASSOCIAÇÃO DOS DOCENTES DA UFRGS
CNPJ-MF Nº 90.757.204/0001-64

BALANCETES - VALORES MENSAIS - 2001	
RUBRICAS / MESES	NOV
ATIVO	2.182.382,39
FINANCEIRO	1.927.741,86
DISPONÍVEL	221.750,87
CAIXA	7.009,78
BANCOS	51.809,82
APLICAÇÕES C/ALQUIDIZ IMEDIATA	162.981,47
REALIZÁVEL	1.705.990,99
APLICAÇÕES FINANCEIRAS CURTO PRAZO	1.401.732,25
APLICAÇÕES FINANCEIRAS	1.401.732,25
CRÉDITOS A REALIZAR	304.208,74
DEVEDORES	102.208,00
CRÉDITOS A RECUPERAR	198.784,57
ADIANTEMENTOS A FUNCIONÁRIOS	2.787,45
PRÊMIOS DE SEGURO A VENCER	448,72
ATIVO PERMANENTE	254.640,53
IMOBILIZADO	248.095,20
BENS MÓVEIS	74.192,88
BENS IMÓVEIS	197.187,83
REFORMAS EM ANDAMENTO	46.096,16
(-)DEPRECIACÕES ACUMULADAS	68.948,97
DIFERIDO	6.545,03
SISTEMAS PROCESSAMENTO DADOS	8.687,88
(-)AMORTIZAÇÕES ACUMULADAS	2.142,85

PASSIVO	2.147.173,53
PASSIVO FINANCEIRO	255.050,51
OBRIGAÇÕES OPERACIONAIS	236.515,20
OBRIGAÇÕES FISCAIS E SOCIAIS	1.240,80
OBRIGAÇÕES COM O PESSOAL	0,00
OBRIGAÇÕES DIVERSAS	117,00
CRÉDITOS DIVERSOS	236.167,43
OBRIGAÇÕES PROVISIONADAS	18.535,22
PROVISÕES ENCARGOS C/PESSOAL	18.535,22
SALDO PATRIMONIAL	1.892.125,02
ATIVO LÍQUIDO REAL	606.960,40
SUPERÁVIT ACUMULADO	1.285.172,82

ADUFRGS - ASSOCIAÇÃO DOS DOCENTES DA UFRGS

RUBRICAS / MESES	NOV	ACUMULADO
RECEITAS	141.888,77	1.012.211,37
RECEITAS CORRENTES	119.198,13	781.108,26
RECEITAS DE CONTRIBUIÇÕES	119.198,13	781.108,26
RECEITA C/VEDEN DE MATERIAIS	0,00	0,00
RECEITAS PATRIMONIAIS	19.539,17	216.687,75
RECEITAS FINANCEIRAS	19.539,17	216.687,75
RECEITAS PATRIMONIAIS DIVERSAS	0,00	0,00
RECEITAS DE ATIVIDADES SINDICAIS	2.829,47	5.728,02
PARTICIPAÇÕES EM AÇÕES COLETIVAS	2.829,47	5.728,02
OUTRAS RECEITAS	180,00	8.689,34
RECUPERAÇÃO DE DESPESAS	0,00	8.048,46
OUTRAS RECEITAS	180,00	8.640,88
DESPESAS	104.670,27	988.915,36
DESPESAS CORRENTES	104.670,27	988.915,36
DESPESAS COM CUSTEIO	28.173,52	322.332,33
DESPESAS COM PESSOAL	14.948,49	129.127,84
DESPESAS COM OCUPAÇÃO E SERVIÇOS	5.983,40	88.282,13
DESPESAS DE EXPEDIENTE	6.010,68	67.178,89
DESPESAS C/IMPÓSITOS/TAXAS/ÔNUS DIVERSOS	687,72	6.236,46
DESPESAS LEGAIS	512,78	1.809,11
DESPESAS DE CONSERVAÇÃO E MANUTENÇÃO	162,06	6.399,27
DEPRECIACÕES E AMORTIZAÇÕES	1.342,09	14.535,51
DESPESAS GERAIS DE ADMINISTRAÇÃO	114,00	3.164,89
ENCARGOS FINANCEIROS	111,60	682,00
DESPESAS DIVERSAS DE CUSTEIO	0,00	0,00
DESPESAS COM ATIVIDADES ASSOCIATIVAS	60.048,47	473.748,82
DESPESAS COM VEICULAÇÃO	690,00	5.500,20
DESPESAS COM VIAGENS	3.893,45	96.888,58
DESPESAS COM ATIVIDADES SOCIO-CULTURAIS	460,00	4.288,21
DESPESAS C/ATIVID. POLÍTICO-ASSOCIATIVA	42.045,02	186.535,27
DESPESAS COM PUBLICAÇÕES	13.200,00	180.771,76
DESPESAS DIVERSAS ASSOCIATIVAS	0,00	9.981,80
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	16.448,28	192.839,21
CONTRIBUIÇÕES PARA A ANDES	13.180,06	186.321,07
CONTRIBUIÇÕES PARA A CUT	9.288,28	98.512,14
RESULTADO LÍQUIDO DO MÊS	37.015,50	23.296,01
RESULTADOS ACUMULADOS DO EXERCÍCIO	23.296,01	23.296,01

RUBENS C. V. WEYNE
PRESIDENTE

NINO H. FERREIRA DA SILVA
CONTADOR - CRC/RS Nº.14418



A revolução dos hackers

Ao contrário do que muitos pensam, hackers não são aqueles intrusos do ciberespaço que invadem páginas de empresas transnacionais ou do FBI, que desenham orelhas de burro em fotos de presidentes norte-americanos e que até já nem vêm mais graça em botar de cabeça pra baixo a Casa Branca,

pelo menos em sua versão on-line. Longe de praticarem essa espécie de "delinquência digital" (obra de seus primos do mal, os crackers), os hackers são, na verdade, peças importantes – quem sabe as mais importantes? – no desenvolvimento dos softwares livres, programas de computador cujo código-fonte é aberto. Os livres diferenciam-se dos softwares proprietários porque podem ser aperfeiçoados por qualquer um que saiba fazê-lo, sozinho ou em comunidades de desenvolvedores em diferentes partes do mundo. Muitas vezes um imenso grupo de técnicos desenvolve um programa sem nunca se ver cara a cara, apenas trocando informação pela internet.

De 2 a 4 de maio Porto Alegre foi invadida por hordas de hackers. Durante o 3º Fórum Internacional de Software Livre, o Rio Grande do Sul, considerado hoje um oásis do software livre, congregou integrantes da comunidade software livre vindos de vários países. Estiveram aqui, entre jovens desenvolvedores e apoiadores, dirigentes de importantes organizações, como a Free Software Foundation ou a Linux International, programadores que hoje são espécies de lendas do mundo digital, como Robert Chassell, Jon "Mad Dog" Hall e Timothy Ney. Richard Stalmann já esteve aqui nos dois primeiros fóruns e no 2º FSM.

O fórum também foi uma oportunidade de hackers brasileiros se encontrarem. Um deles, Eduardo Marcel Maçan, integra o seletivo grupo Debian-BR, um dos mais importantes do país. Em 1994, Maçan e um grupo de usuários de Linux praticamente começaram a história dos grupos de usuários Linux no País. Hoje eles são milhares. Maçan, um dos palestrantes do Fórum, contou em uma palestra a história das comunidades hackers e chama atenção para um fato que demonstra muito do espírito hacker: "Nunca uma associação nacional de usuários de Linux deu certo". Há uma aparente desordem que, no final, se mostra altamente produtiva.

Outro integrante do Debian-BR, Gustavo Noronha Silva, cujo nickname (apelido na internet) é Kov, diz que, por trás do "caos" em que os desenvolvedores trabalham, há, na verdade, muita responsabilidade. "Cada um de nós fica com uma parte para fazer. Por exemplo, eu estou trabalhando num programa de e-mails, e os outros programadores do Debian só se metem quando vêm que eu não estou desenvolvendo a minha parte", explica. Do contrário, cada desenvolvedor segue adiante seu trabalho. E qual a vantagem de um trabalho voluntário e coletivo desses numa época em que o mercado dita aos jovens



Cristina Lima

exatamente a lógica do cada-um-por-si? "Porque a gente se sente participando", afirma Kov. Essa é a diferença. Pode-se ser um simples usuário de computador ou optar por ser um desenvolvedor de programas. Os hackers preferem este caminho mais difícil, mas mais compensador.

O Debian é um grupo de desenvolvedores espontâneos com colaboradores no mundo todo, que tem a intenção de criar um sistema operacional universal, e livre. O sistema Debian foi criado em 1994 por Ian Murdock, nos Estados Unidos. A palavra é formada pela partícula Deb, de Debra, nome da mulher de Murdock e Ian, seu próprio nome. Atualmente o líder mundial da comunidade Debian é Bdale Garbee. Entre outras funções, ele zela pelo cumprimento da rígida constituição que rege a comunidade Debian.

No Brasil, em dois anos e meio o pessoal do Debian já conseguiu traduzir os manuais e todo o sistema de instalação do Debian (que pode ser "baixado" no site www.debian.org) e criar documentação necessária. O Debian goza de uma alta reputação no meio hacker, pois, entre outras qualidades, "só entrega programas estáveis quando ele realmente está estável".

Difícil é entrar

Há apenas oito desenvolvedores Debian no Brasil (quatro são paulistas, dois gaúchos, um mineiro e um carioca), mas não por falta de interesse dos hackers. O

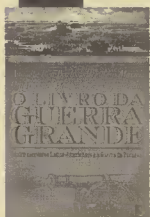
problema é entrar. Para fazer parte do grupo, o interessado deve se submeter a uma série de testes práticos e teóricos, como por exemplo desenvolver determinada solução para um software. Além dessas mais técnicas existem as provas "filosóficas". Não basta saber usar eximamente o computador para desenvolver o Debian, tem que ter na ponta da língua a filosofia software livre. A primeira regra é que no mundo livre não existe propriedade intelectual, e o que se descobrir tem que ser imediatamente ofertado à comunidade de desenvolvedores.

O gaúcho Otávio Salvador, 20 anos, de Pelotas, é um dos que batalharam muito para conseguir entrar no Debian. Ele já era usuário Linux e entrou em contato com o grupo Debian, através de uma lista de discussões. "Primeiro ele teve que me convencer de que podia entrar no Debian. Por isso, pedi que ele fizesse alguns pacotes", explica Kov. Depois da tarefa, ele conferiu a assinatura digital de Otávio para verificar se era ele mesmo quem estava desenvolvendo o programa, ou se não se tratava de um impostor que pudesse pôr a perder parte do trabalho do grupo. "Essa assinatura é um jeito de você provar que você é você mesmo, porque na Internet, é possível enganar quem está do outro lado. Com esse sistema, não", afirma Kov.

Era apenas o início. Só depois é que o gaúcho passou realmente a ser testado, afinal, precisava "ganhar confiança" do grupo. Passada essa fase, um dos desenvolvedores Debian se incumbiu da tarefa de testar o aspirante. Entre outras coisas, Otávio teve que provar que era "do bem", que dominava a filosofia software livre. Estudante de Ciências da Computação, Otávio afirma que sempre alimentou a idéia de participar de um grupo como o Debian. "Gosto da filosofia software livre, da forma como os programas são desenvolvidos". Otávio se entusiasma com a aceitação cada vez maior de softwares livres, inclusive no mundo dos negócios. Um exemplo é a entrada da Hewlett-Packard e da IBM neste tipo de programas. "Já chegou num estágio que não tem mais volta", afirma.

Para desenvolver softwares é preciso muitas mãos e mentes trabalhando juntos e é isso que faz os livres se desenvolverem tão rápido. Afinal, como lembra Jon Maddog, se a Microsoft tem mil engenheiros desenvolvendo seus produtos, só o Debian conta com quase o mesmo número. "No começo eram poucos, agora são 998 desenvolvedores do sistema no mundo", informa Kov. E esse é apenas um grupo. Ao redor do mundo, milhares de hackers estão tramando uma silenciosa e quase anônima revolução. Eles estão criando, em um mutirão de proporções planetárias e que envolve pessoas de todas as línguas, raças e classes sociais, os softwares que poderão incluir a um maior número de seres humanos nesta fase da história da qual tão poucos participam: a era digital.

ORELHA



O Livro da Guerra Grande
Augusto Roa Bastos, Alejandro Maciel, Omar Prego Gadea e Eric Nepumoceno

A oito mãos, quatro escritores de quatro diferentes nacionalidades remontam, via ficção, a história da Guerra do Paraguai. Roa Bastos é paraguaio, Alejandro Maciel, argentino, Omar Gadea, uruguaio, e Eric Nepumoceno, brasileiro. Record, 235p.



Porto Alegre (Foro Social Mundial 2002)
Una asamblea de la humanidad

Livro da Inter Press com entrevistas, reportagens e conferências no Fórum Social Mundial com Carlos Abin, Walden Bello, Frei Betto, Bernard

Cassen, Lilián Celiberti Susan George, Martin Khor, sara Larraín, Rigoberta Menchú, Ignacio Ramonet, Roberto Savio, Vandana Shiva, Mario Soares, Juan Somavía e Manuel Vázquez Montalbán. IPS, Icaria, Más Madera. 131p. Em espanhol.



A razão no século XX
Bertrand Saint-Sernin

O fio condutor desta história da razão no século XX são as grandes metrópoles intelectuais da Europa: Paris, Viena, Berlim e Londres, a partir dos seus mais expressivos pensadores como Freud, Simone Weil, Joseph Conrad, Einstein, para citar apenas alguns. Uma história que inicia com Kant e Goethe, na transição para a época contemporânea, com o objetivo de estudar os novos e diferentes caminhos para o conhecimento. Jose Olympio, 272p. R\$ 29,00.

WWW

Notícias

☒ www.ipsenespanol.net
Página em espanhol da Inter Pres Service (IPS), rede mundial de jornalistas.

Colômbia

☒ www.elcuchipe.freemove.com.br
O site do Comitê de Solidariedade ao Povo Colombiano pretende ser o contraponto às informações veiculadas, por 95% dos meios de comunicação do planeta.

“O professor precisa aprender a interagir”

A psicóloga e pedagoga Léa Fagundes, professora da Ufrgs e pesquisadora da aplicação das tecnologias de informação aos processos educacionais acompanha as transformações na educação brasileira há 50 anos e é uma espécie de madrinha dos desenvolvedores de softwares livres no Brasil. Palestrante do 3º Fórum Internacional de Softwares Livres, ocorrido de 2 a 4 de maio em Porto Alegre, Léa fala nesta entrevista sobre educação e informática e afirma: os softwares livres serão uma revolução na educação, e no papel do educador.

Jéferson Assunção



Cristina Lima

Léa: “o software livre começou a se desenvolver porque os diferentes especialistas passaram a interagir e a manter pesquisa interdisciplinar”

AD **verso - A senhora diz que o os professores têm medo da informática. Qual a origem desse problema?**

Léa Fagundes - Sim, temos uma dificuldade em conquistar a simpatia dos professores para introduzir a tecnologia na escola e nas salas de aula. Agora, que fatores provocam este medo? Primeiro: na época em que eles cresceram havia uma cultura em que a máquina era um produto inacessível à criança. Quando a família comprava uma máquina, os pais não deixavam as crianças mexerem, porque, de fato, em relação às máquinas de escrever, elas começavam a fazer experimentos, acavalavam os tipos, e estragavam esses equipamentos. A mesma distância se vê com as máquinas elétricas, quando elas apareceram. Então, na cultura da educação das gerações passadas, que é a dos professores, a intimidade com a tecnologia não era favorecida. Essas pessoas, que nunca tiveram familiaridade com máquinas, desenvolveram também a idéia de que para trabalhar com máquina tem que ser um especialista.

Adverso - E isso se vê em professores de todos os níveis?

Léa - Na Ufrgs, por exemplo, não. Eu vejo isso nos professores das escolas do ensino médio e fundamental em geral. Outro fator é que, para aprender a escrever à máquina, era preciso curso de datilografia, e tem muito professor que até hoje não aprendeu a datilografar. Além do curso de datilografia, tinha que ter máquina em casa. Então, se deixava de lado, porque era “serviço da funcionária”, era “serviço da secretária” e não do professor. O professor simplesmente rascunhava e dava para a secretária datilografar. Bom, aí vem essa mudança, que é quando surge o computador. Só que o computador é uma máquina muito especial. É uma máquina eletrônica, com uma lógica particular. É uma máquina que gera símbolos, gera representações... Por outro lado, tem o problema de que os professores aprenderam a ensinar por uma tradição. Muitos dos professores da nossa universidade são profissionais que não têm formação pedagógica. São profissionais muito bons na sua área, mas não têm uma formação de como se ensina conhecimento para aquela área. Por isso, as faculdades de Educação desenvolveram modelos de formar professor universitário para ensinar. Chamam-se curso de metodologia de ensino, do ensino superior. Mas todos esses cursos seguiram o paradigma tradicional, que estava dentro da concepção da era industrial, com a organização do ensino a partir de determinados princípios orientadores. Esses princípios orientadores são os tradicionais, espalhados por séculos por todo o mundo. Como a gente não tem a produção interdisciplinar, a produção é feita com cada um em sua área, em seus problemas. Não havia na educação um corpus de conhecimento organizado para suportar inovações na metodologia do ensino superior ou básico.

Adverso - Qual a reação do professor à chegada do computador?

Léa - No momento em que surge o computador, o professor pensa assim: se a máquina vai ajudar no ensino, tem que ter os materiais institucionais para ensinar. Esses materiais estão sendo desenvolvidos no que se chama de

softwares educacionais, mas dentro do mesmo paradigma. Colocam-se o livro-texto, as apostilas, cópias de artigos, tudo isso numa ordenação que o professor dá, de acordo com a grade curricular. Ele sempre tem um currículo básico daquela carreira, que é uma seqüência de conteúdos montada por especialistas, porque quem dá química orgânica não dá química inorgânica, e tudo isso é feito de modo compartimentalizado. Cada um no seu instituto, cada um na sua faculdade. O aluno chega e recebe isso. É como se o cérebro dele fosse uma caixinha. Entra o professor de química um e abre a gavetinha, guarda ali dentro. Sai o professor, fecha. Entra o professor de biologia um, abre a gavetinha, fecha ali dentro. Esse modelo é repetido no ensino fundamental e no médio.

Adverso - E como a informática modifica esse processo?

Léa - A informática cria espaços cibernéticos, um espaço novo onde o espaço euclidiano não é mais o privilegiado. São espaços com sistemas que se sobrepõem, que se conectam... A computação proporciona interatividade, entre a pessoa e o sistema, e com a rede proporciona interatividade entre uma pessoa num computador, com outra. Quando os computadores começaram a conversar com outros computadores passou a haver interatividade. O professor prepara a sua aula e acha que prepara com muita segurança, porque ele é estudioso, se

“Não havia uma intimidade com a tecnologia na educação dos professores”

mantém atualizado no seu conteúdo, e vai transmitir para seus alunos. Ele é soberano. De repente, o que acontece? O que um professor está trabalhando passa a ser conhecido por outro. O que um aluno aprende com um pode ser trocado com alunos de outro, e isso aí, no espaço cibernético, derruba as paredes. Os alunos começam a se comunicar e os autores das pesquisas, os diferentes laboratórios, também começam a se comunicar. Isso assusta o professor. A aula dele não é mais aquele reduto onde ele é o senhor soberano. Os alunos começam a trazer questões de fora, a ter experiências de explorar máquinas, de explorar recursos tecnológicos. E aquilo começa a perturbar o equilíbrio da sala de aula tradicional. Isso dá muito medo.

Adverso - Como o software livre pode ajudar na educação?

Léa - Quando a gente tem o software comercial, este sempre vem pronto, e o professor fica dependente de uma empresa que produz o software. Ele não tem dinheiro – sobretudo o professor de escola pública, que ganha pouco – para ficar comprando o software. Nem tem condições de dizer para o fornecedor que é melhor ele dar sua aula tradicional do que usá-lo. Então isso fica só um problema de produção e consumo, de manutenção da tradição. Quando entra o software livre, vem uma outra filosofia, uma outra concepção, e aí é que está porque é uma concepção congruente com a concepção de mudan-

ça que a própria existência da tecnologia provoca, porque a tecnologia só se desenvolve se se trabalhar em equipes interdisciplinares. Se tu vais fazer inteligência artificial, tem que ter o psicólogo, tem que ter o linguista, principalmente que entenda de linguagem natural. Se tu vais trabalhar com software gráfico, tens que ter o designer, quem desenvolve os projetos gráficos...

Adverso - E isso rompe com a compartimentalização...

Léa - Rompe com as ilhas. A tecnologia se desenvolve quando as outras ciências interagem. O pesquisador de lingüística tem que saber mais de linguagem natural para o programador do computador fazer o sistema que processa a linguagem natural, então tem que ter estudos lingüísticos, antropológicos, quando se vai trabalhar com a matemática, tem que entender a lógica matemática do computador e a lógica do raciocínio do cérebro humano. Então se precisa de um psicólogo cognitivista, porque é uma máquina que trabalha com a cognição humana. A tecnologia começou a se desenvolver porque os diferentes especialistas começaram a interagir e a manter pesquisa interdisciplinar. E quando aconteceu isso e a tecnologia se desenvolveu, passou a favorecer mais intercâmbio, mais interação. Mas ainda se tem um mercado feroz que fica botando softwares que não foram feitos para educação, na educação. O professor fica dependente disso e o aluno é apenas o usuário que tem que consumir. O software de educação não dá lucro, então não tem investimento. Agora, com o software livre muda a concepção e muda o recurso. É o software aberto, que tu tens acesso à fonte. Ora, se tu tens acesso à fonte, qualquer um pode ser desenvolvedor.

Adverso - Ele é transformador do programa e não um simples usuário...

Léa - Ele é transformador. Se tu deixas o aluno, o aluno vai. Se o professor não vai, fica atrasado em relação ao aluno. E isso dá ainda mais medo, porque ele diz assim: estou perdendo a autoridade, porque agora os meus alunos sabem mais que eu. Então, a nova função do professor, o novo papel do professor é de que ele não tem que ser um transmissor, ele não tem que ter o poder de reter informação, pra largar conta-gotas, ele tem que ser uma pessoa que é orientadora de aprendizagem. O professor é um novo professor, é um professor-orientador. É só os pesquisadores pensarem assim: a máquina é um recurso fundamental na pesquisa. E na interatividade, na comunicação. E pra armazenar. Então, precisa mudar a concepção do professor, e o software livre é uma comunidade de ajuda, já tendo essa filosofia embutida. Eu, por exemplo, tenho 72 anos, não vou poder aprender a desenvolver software livre, mas os meus alunos vão poder e para mim basta que eles desenvolvam para que eu possa aproveitar na orientação deles. Então o professor não precisa deste compromisso de ter que aprender, agora, a programar, mas ele precisa aprender a interagir e orientar os alunos a interagirem, que é para isso que ele tem competência, ele tem conhecimento na área, ele é um especialista.